

A regulação, a judicialização e o futuro da saúde privada no Brasil. Esses foram os temas tratados em evento realizado na manhã dessa quarta-feira (24/10) no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Promovido pelo tribunal em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), o seminário A Saúde Suplementar na Visão do STJ reuniu autoridades do Poder Judiciário e do Poder Executivo para debater o tema.

Presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Dias Toffoli participou do evento e falou sobre a importância do diálogo entre os atores de um setor que atinge milhões de pessoas e gera inúmeras demandas judiciais. “É extremamente relevante que estejamos aqui debatendo o tema com pessoas extremamente qualificadas. Precisamos enfrentar essas demandas e buscar as melhores soluções para questões que envolvem diretamente aquilo que talvez seja o bem mais valioso para todos nós, a saúde”, declarou Toffoli.

Ao destacar a dedicação e a atuação do CNJ na formulação de políticas públicas voltadas ao tema, o ministro do STJ, Paulo de Tarso Sanseverino deu a dimensão da questão no tribunal “Temos uma preocupação especial com as questões ligadas à saúde suplementar. É um dos problemas mais delicados que temos enfrentado na Seção de Direito Privado”, afirmou. Hoje, a saúde suplementar atende 47 milhões de brasileiros.

O evento foi dividido em quatro painéis: Regulação da Saúde Suplementar, Judicialização da Saúde Privada, Futuro da Saúde Suplementar: a Sustentabilidade do Sistema e Contratos de Plano de Saúde: Ações Repetitivas. A coordenação acadêmica do seminário ficou a cargo do conselheiro Arnaldo Hossepian, Fórum Nacional do Poder Judiciário para a Saúde e do ministro Sanseverino.

Crescimento da demanda

No painel Regulação da Saúde Suplementar, o ministro do STJ Moura Ribeiro apresentou dados sobre o crescimento das demandas relativas à saúde na corte. De janeiro a setembro deste ano, o tribunal recebeu 10.012 processos e julgou 9.289. “Tratamos de direitos fundamentais, positivados em nosso sistema constitucional. Importa destacar que o tema sempre foi grande preocupação para o Judiciário”, disse. Medicamentos importados sem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, coparticipação e serviços de home care foram alguns dos temas elencados por Moura Ribeiro como recorrentes em julgamentos no STJ.

O uso de métodos alternativos na solução de conflitos entre usuários e operadoras de saúde foi apresentada pelo ministro do STJ Marco Aurélio Buzzi como uma das saídas para reduzir o número de processos que chegam anualmente ao Poder Judiciário. “É necessária a mudança de mentalidade em um sistema que prestigia o tratamento das doenças e não a prevenção e a promoção da saúde”, afirmou.

Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar, Rogério Escarabel apresentou dados e falou sobre os desafios enfrentados na regulação do setor. “Gostaria de reafirmar a necessidade de um trabalho conjunto e de mais diálogo entre todos os participantes e também junto ao CNJ na construção de um equilíbrio do setor e, assim, evitar todas essas distorções que acontecem hoje”, disse. Atualmente, há 780 operadoras de planos de saúde no Brasil. Apenas em 2017, elas financiaram a realização de 270 milhões de consultas e 816 milhões de exames suplementares.

No encerramento do seminário, o conselheiro Arnaldo Hossepian salientou a satisfação em saber que o trabalho produzido pelo Fórum da Saúde foi consagrado. “O CNJ quer a judicialização qualificada daquilo que está fora do Sistema Único de Saúde. Aquilo que o poder público não entrega, se não for possível uma solução de maneira negociada, infelizmente o Poder Judiciário é que vai dar a última palavra”, afirmou. Os conselheiros Daldice Santana, Fernando Mattos, Valtércio de Oliveira, Henrique Ávila e o corregedor Nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, também estiveram presentes no evento.

Fonte: [TJRN](#), em 25.10.2018.